

# Assembleia de Freguesia do Parque das Nações

Ata nº 7/2014

  
AS  
Rita

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 21h00, reuniu extraordinariamente a Assembleia de Freguesia do Parque das Nações, nas instalações da Escola EB1 Infante D. Henrique, antiga Escola 55, em Lisboa.

A Assembleia foi presidida pelo Presidente António Rodrigues da Silva, coadjuvado pelos respetivos secretários, Henrique Pereira Sánchez e Rita Vitorino de Carvalho. Antes de se iniciarem os trabalhos, o Presidente verificou a existência de quórum, fazendo a chamada aos seguintes treze membros da Assembleia, tendo-se registado a presença dos seguintes membros eleitos:

O Presidente da Assembleia de Freguesia, António Rodrigues da Silva, o 1º Secretário Henrique Pereira Sanchez, o 2º Secretário Rita Vitorino de Carvalho, e os membros da Assembleia de Freguesia Hirondino Lopes Isaías, João Cruz Franco, Jorge Pereira Alves, Albertina Barreiro Rodrigues, Luís da Costa Pastor, Luís Lucas Lopes, José Teles Baltazar, Teresa Vidal Esteves, António Antunes Neves e Paulo Nunes Coelho.

No período antes da Ordem do Dia foi dada a palavra aos moradores que a solicitaram.

Alexandre Marvão, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica e Jardim de Infância Parque das Nações, anunciou o lançamento de uma Petição Colectiva com o objetivo de sensibilizar as autoridades competentes para a necessidade imediata da construção da 2ª Fase da Escola.

Ramiro Gonçalves, em representação da Associação de Moradores do Bairro do Oriente, insistiu na necessidade de melhorar a limpeza urbana e no reforço da segurança pública no Bairro.

José da Silva, também da Associação de Moradores do Bairro do Oriente, referiu o facto de não ter tido conhecimento do Edital que convocou a Assembleia de Freguesia, bem como não saber onde vai ser instalada a futura Sede da Junta de Freguesia, tendo criticado a falta de limpeza no

Bairro do Oriente, considerando estar perante uma Junta de Freguesia elitista.

No 2º ponto da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura da Ata da Assembleia de Freguesia nº 5, efetuada a 27 de Dezembro de 2013, com as alterações efetuadas após a audição da gravação, audição esta solicitada pelos eleitos do PS, Hírdino Isaiás e Luis Pastor, a qual não estiveram presentes, por incompatibilidade de agendas.

O eleito do PS, Hírdino Isaiás, solicitou que face à não disponibilização da Ata em tempo útil para poder ser apreciada, que este ponto fosse suspenso e que a Ata fosse enviada a todos os membros da Assembleia de Freguesia e votada em próxima Assembleia.

No 3º ponto da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura da Ata da Assembleia de Freguesia nº 6, efetuada a 13 de Fevereiro de 2014.

O eleito do PS, Hírdino Isaiás, protestou a referência feita pelo 1º Secretário, às funcionárias da CML que têm colaborado na elaboração das atas.

**A Ata nº 6, relativa à Assembleia de Freguesia de 13 de fevereiro de 2014, foi posta à votação e aprovada por unanimidade.**

O eleito do PS, Hírdino Isaiás, informou que irá entregar uma declaração de voto, em relação à votação da Ata nº6.

Foi iniciada a discussão do ponto 5 da Ordem do Dia, sobre a Proposta nº 25/2013, Regulamento de Taxas e Outras Receitas da Freguesia.

O eleito do PCP Jorge Alves, afirmou que a partir do próximo dia 1 de Março a Junta de Freguesia passará a ter as competências atribuídas, afirmação do Presidente da CML, António Costa, não contrariada pelo Executivo da Junta de Freguesia.

O eleito do PS, Hírdino Isaiás, afirmou que, transcrição *sic*: “*se antes estava preocupado, agora estava muito triste com o comportamento da JF, pois por ocasião da Aprovação do Orçamento de 2013 foi acusado de*

*demagogo quando disse que o Orçamento pensava mais no executivo do que nas pessoas, além disso, e por ocasião da Aprovação do Regulamento de Taxas da Freguesia, a oposição foi acusada de má fé, quando, na verdade, se não fossem os eleitos que estão na oposição a ter uma atitude responsável, atenta, e participativa, o Regulamento seria aprovado cheio de irregularidades. Por outro lado, lamentou que o PNPN não esteja a fazer o trabalho de casa e não faça uma análise atenta dos documentos que são enviados para todos, visto que têm de ser sempre os mesmos a detetar os erros e a propor correções. Além disso, lamentou que o Executivo tivesse plagiado algumas partes do orçamento apresentado, tendo estranhado ainda o facto do Tesoureiro da Junta não ter estado presente na Assembleia onde foi apresentado e discutido o Regulamento de Taxas, que é da sua responsabilidade”, fim de transcrição.*

*Refere*

O eleito do PSD, Paulo Coelho, afirmou que em 4 documentos estruturantes e em 150 dias de trabalho a atuação do Executivo resume-se a um conjunto de disparates, uma calamidade. Firmou que os tetos elaborados pela JF não são dirigidos à população, chutando fórmulas matemáticas e muito burocratizadas. Terminou afirmando que o Executivo tem de despertar e que a democracia não merece isto. Acusou ainda o Tesoureiro de ter afirmado que desconhecia a Lei. Terminou afirmando que: “o Sr. Presidente da JF desta vai-se safar”.

O eleito do PNPN, Luis Lucas saudou o espírito de abertura do executivo e enalteceu a colaboração de todos os eleitos. Afirmou que é opinião unânime na CML que a transferência de competências para a JF do Parque das Nações é de longe a mais complexa entre todas.

O eleito do CDS-PP, José Baltazar afirmou: transcrição *sic* “ainda bem que o Executivo e eleitos do PNPN, já ultrapassaram a fase Calimero, a fase onde não havia lápis nem canetas. Tenho esperança de que não se voltem a referir as trapalhadas como foram a apresentação e posterior retirada de Orçamentos e regulamentos incorretos”, fim de transcrição.

A eleita do PS, Albertina Rodrigues afirmou ter sido eleita para trabalhar para toda a Freguesia, sem muros, afirmando que os documentos que lhe têm sido apresentados pelo Executivo carecem de viabilidade legal. Perguntou ao Tesoureiro qual a previsão de receitas de Taxas e quando lhe

são apresentadas as contas do executivo relativas a 2013, assim como se a verba para o ano de 2014 já tinha sido disponibilizada.

  
  
Rufave

O eleito do PS, João Franco, afirmou que este Regulamento de Taxas é um 1º passo e que com as novas competências outras se seguirão. Afirmou estar-se perante um momento histórico para a cidade de Lisboa tendo elogiado o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho.

O eleito do PS, Hírdino Isaías voltou a pedir a palavra para afirmar que o Executivo é composto por pessoas que não sabem aquilo que querem, “*é um Executivo de gabinete*”, e que está disposto a ir “*lá para a Junta ajudar*”. Referiu ainda que registava com agrado o caminho seguido pelo eleito Luís Lucas, dado que nas últimas Assembleias tem acusado os eleitos da oposição quando estes estão a dar o seu melhor pela Freguesia, para que os documentos sejam aprovados com rigor. Sugeriu ainda a formação de mais um grupo de trabalho para a elaboração das novas Taxas a criar com a Reforma Administrativa.

O eleito do PSD, Paulo Coelho afirmou que o eleito do PNPN, Luis Lucas, faz o papel de para-choques do executivo. Disse ainda que tinha sido eleita uma nova Direção da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) durante o Congresso realizado este mês e que “o PNPN está fora da ANAFRE” e que este Executivo não tem voz.

O eleito do CDS-PP, José Baltasar sugeriu à Mesa passar de imediato à votação das propostas.

O eleito do PCP, Jorge Alves propôs a passagem à votação da Proposta.

**A Proposta nº 25/2013 – Regulamento de Taxas e Outras Receitas da Freguesia, foi aprovada por unanimidade.**

O eleito do PS, João Franco afirmou que irá entregar uma declaração de voto.

Entrou-se no 5º e último ponto da Ordem do Dia, discussão e votação da Proposta nº 35/2014, Regulamento do Fundo Social de Freguesia, tendo o

Presidente da Mesa dado a palavra ao Presidente do Executivo que após breves palavras cedeu a palavra à vogal com o pelouro da área social, Conceição Palha, que fez um enquadramento do documento em análise.



O eleito do PS, João Franco, propôs a criação de apoios episódicos, quer alimentares quer de transporte, com caráter de emergência. Propôs ainda o valor inicial para o Fundo de 50.000 euros. Referiu ainda a existência de uma versão do Fundo Social da autoria do PS que foi apresentada formalmente.

O eleito do CDS-PP, José Baltazar, afirmou: transcrição *sic* “em 2010 o Presidente da CML, António Costa, não achou necessário acionar este tipo de fundo de emergência, tendo então o CDS-PP de Lisboa lançado o repto às freguesias para implantarem o Fundo Social de Freguesia, cortando se necessário, em boletins de propaganda, festas, homenagens e condecorações. O Parque das Nações também devia ter o seu Fundo Social de Freguesia, que propus ao Executivo, tendo colaborado ativamente na elaboração do Regulamento que iremos votar”, Fim de transcrição.

Pedi a palavra o eleito do PCP Jorge Alves, para afirmar que não somos todos responsáveis, afirmando que um desempregado tem uma responsabilidade totalmente diferente da do 1º Ministro. Referiu ainda que sendo os problemas de fundo, as soluções também deveriam ser de fundo. Propôs que para os documentos estruturantes, estes deveriam ser elaborados conjuntamente e posteriormente trazidos à AF apenas para aprovação.

O eleito do PSD, Paulo Coelho, pediu para que no futuro estes documentos, lhe sejam enviados com mais antecedência para serem analisados coletivamente. Afirmando que não se tratava de um Fundo urgente. Referiu ainda ter ouvido comentário da assistência “de que existe um Muro de Berlim na linha do comboio”. Fez ainda um reparo de natureza política pela falta de diálogo em assuntos desta natureza, tendo o documento palavras com profundidade, mas o texto não as tem mais parecendo um *copy-paste*.

O eleito do PNPN, Luis Lucas, afirmou que tem conhecimento de que não é só da linha do comboio para cima que existem situações de gravidade extrema.

O eleito do PS, Hirondino Isaías afirmou que depois de ouvir o discurso da vogal Conceição Palha quase que se sentiu “derretido”, mas que os factos mostram outra realidade, quis saber porque saiu uma pessoa do centro de Dia, tendo sido lá colocadas duas pessoas, não sabendo qual o critério utilizado.

O eleito do PS, Luis Pastor, perguntou qual é a estrutura que está montada, qual é o custo dessa estrutura e como pensa o executivo levar a cabo este auxílio, tendo afirmado ainda que hoje teria sido o dia ideal para ser anunciada essa estrutura.

A eleita do PS, Albertina Rodrigues, apelou às parcerias com outras instituições sediadas na Freguesia.

O Presidente da Junta de Freguesia, José Moreno, referiu que a proposta do Executivo deve ser posta à votação nesta Assembleia, pois trata-se de um tema urgente que já tem até dois casos de carência que poderão ser abrangidos pelo Fundo Social.

A vogal da área social, Conceição Palha, satisfazendo um pedido dos eleitos do PS referiu que a responsável do centro de Dia é a Anabela Pinto e que irá auferir um salário mensal entre os 1.100 e os 1.200 euros brutos.

**A Proposta nº 35/2014 – Regulamento do Fundo Social de Freguesia, foi posta à votação e aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PNPN, 1CDS-PP e 1PSD), 3 votos contra dos eleitos do PS, Hirondino Isaías, João Franco e Luis Pastor, e, 2 abstenções (1PCP e da eleita do PS Albertina Rodrigues).**

Irão entregar Declarações de Voto o eleito do PSD, o eleito do PCP e o eleito João Franco do PS.

O Presidente da Junta de Freguesia José Moreno, esclareceu que a 30 de Dezembro receberam as verbas relativas a 2013 e que está a ser elaborado o respetivo Relatório de Contas. Relativamente às previsões quanto ao rendimento estimado proveniente da aplicação das Taxas, não está em condições de avançar com um número por não existir dados comparativos nem a Câmara Municipal de Lisboa possuir esses elementos.

Nada mais havendo a referir, a Ata em Minuta nº7/2014 foi proposta à votação dos presentes tendo sido aprovada por unanimidade e os trabalhos da Assembleia de Freguesia encerrados às 23h.50m.

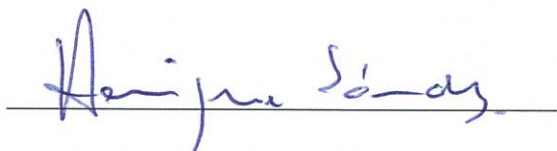
Esta Ata vai ser por mim assinada bem como pelos respetivos secretários.  
Lisboa, 26 de fevereiro de 2014

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



(António Rodrigues da Silva)

1º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



(Henrique Pereira Sanchez)

2º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



(Rita Vitorino de Carvalho)

## DECLARAÇÃO DE VOTO

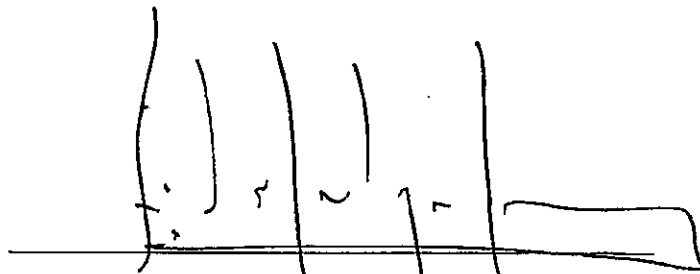
**Hirondino Isaías**, eleito pelo PS, e relativamente à ATA N° 6/2014, apresenta uma Declaração de Voto sobre a forma como decorreu a última Assembleia de Freguesia, no que diz respeito à intervenção feita pelo 1º Secretário, concretamente, onde diz: “O 1º Secretário solicitou a palavra para esclarecer o Eleito Hirondino Isaías afirmando que as Atas são redigidas por duas funcionárias da Câmara Municipal de Lisboa sendo posteriormente enviadas para os efeitos a fim de sugerirem as alterações pretendidas.”

Na realidade, esta afirmação do 1º Secretário, além de ser, no mínimo, infeliz é ingrata, visto que a Câmara Municipal de Lisboa apenas disponibilizou apoio administrativo à Nova Freguesia do Parque das Nações por esta Freguesia não dispor de meios para garantir tal serviço, razão pela qual não se pode aceitar esta tentativa de desresponsabilização pelo sucedido.

Na minha opinião é, por um lado, extremamente deselegante a mesa dirigir-se, nestes termos, às Funcionárias da CML, quando elas tudo têm feito, desde a primeira Assembleia de Freguesia, para dar o seu melhor apoio ao regular funcionamento da Assembleia de Freguesia e, por outro lado, irresponsável a Mesa não assumir as responsabilidades que estão previstas na questão da Elaboração das ATAS no Regimento de Funcionamento da Assembleia de Freguesia.

Parque das Nações, 26 de Fevereiro de 2014,

O Eleito,

A handwritten signature in black ink, consisting of several vertical strokes and a horizontal line at the bottom, written over a horizontal line.

(Hirondino Isaías)

## DECLARAÇÃO DE VOTO

1 - O Partido Socialista votou favoravelmente o Regulamento de Taxas e outras Receitas da Freguesia do Parque das Nações pela seguinte ordem de razões:

- a. O documento final apresentado decorre de um trabalho feito em comissão, aliás proposta pelo Partido Socialista;
- b. Essa proposta e o correspondente trabalho desenvolvido em comissão visavam expurgar o projeto inicial de regulamento apresentado pelo Executivo, que era ininteligível e estava tecnicamente errado, donde a evidente ilegalidade na cobrança de taxas com fundamento no texto inicialmente proposto.

2 – Realça-se o sentido institucional dos eleitos nas listas do PS, na medida em que facilitaram a aprovação na generalidade da proposta da Junta – errada, ilegal e mal redigida – em vez de a rejeitarem liminarmente, com isso provocando a rejeição pela Assembleia de Freguesia, o que levaria a uma reformulação do texto da única responsabilidade do executivo, o que obrigaria a uma nova discussão pública desse projeto emendado, atrasando a sua entrada em vigor impedindo a freguesia de aceder às suas primeiras cobranças de receita.

3 – Tal sentido institucional prende-se com o facto de estar a decorrer a Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa, em que a Freguesia do Parque das Nações é um dos atores principais.

Os eleitos do Partido Socialista

## DECLARAÇÃO DE VOTO do PSD

(Deliberação sobre o Fundo Social de Freguesia)

### DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia de Freguesia do Parque das Nações vem, nos termos e para os efeitos previstos no Regimento da Freguesia, fazer constar da actan<sup>o</sup> 7 a sua declaração de voto referente à Proposta, nos termos e com os fundamentos seguintes:

O Grupo do PSD votou favoravelmente a Proposta.

Este voto deve-se apenas a um regime de solidariedade política com o CDS – PP.

No entanto, por consideramos que existirem, por um lado, dúvidas sobre procedimentos propostos, e, por outro, esclarecimentos essenciais não prestados pelo órgão executivo da Freguesia, registamos o nosso sentido de voto.

Na verdade,

- Existe um compromisso político com o CDS acerca desta matéria, no qual nos revemos;
- Importa atuar ao nível de melhorar uma necessidade de emergência social;
- Importa promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de grande precariedade sócio - económica, devidamente fundamentada;
- Importa suprir as dificuldades encontradas por parte da população para fazer face a despesas essenciais para a sua qualidade de vida, tais como, géneros alimentícios, medicamentos, pagamento de água, eletricidade, gás, renda da habitação, deslocações a consultas médicas ou outros;

Mais, lamenta-se que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações não tenha inserido esta proposta num plano global de redefinição, monitorização, acompanhamento e propostas de melhoria da situação socioeconómica da população visada;

Nas Grandes Opções do Plano prevêem-no em matéria de orçamento, mas com valores pouco fundamentados e consolidados.

Sendo entendimento do Grupo do PSD que que o instrumento em matéria de Fundo Social de Freguesia é manifestamente insuficiente em termos de conteúdo, bem como financeiro, sem um plano consolidado para os anos subsequentes, sem medidas dissuasoras deste fenómeno, sem medidas inclusivas e financeiras, com a agravante de não acautelar meios institucionais de intervenção social, a verdade é que subsistem neste processo demasiadas dúvidas não esclarecidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações.

Pela Grupo do PSD na Assembleia de Freguesia do Parque das Nações,

Paulo Coelho

## Declaração de voto

Como é do conhecimento de todos o PCP defende que a degradação das condições de vida das populações resulta de uma política neoliberal em que os interesses nacionais não são acautelados e em que se as pessoas não são consideradas enquanto tal, como detentoras do direito a uma vida digna. Assim o PCP defende que em primeiro lugar deve estar a luta e o empenho na alteração desta política, no desenvolvimento da economia nacional, na criação de emprego e na justa retribuição pelo trabalho. Com estas condições não seriam os cidadãos sujeitos à violência de terem de ficar sujeitos a apoios casuísticos que mais não são do que pequenos paliativos para uma grave doença.

Assim, o PCP não pode votar favoravelmente a criação do fundo social, dado que com ele não são resolvidas estas importantes questões de fundo, determinante para a alteração da sociedade que preconizamos.

Contudo, não podemos deixar de ser sensíveis ao sofrimento humano e reconhecer que à Freguesia pode competir o auxílio casuístico, embora devidamente regulamentado, que possa permitir o fazer face às situações mais gravosas. Por esse motivo não poderíamos votar contra a constituição deste fundo social.

Assim, o PCP, em função dos argumentos que apresenta na presente declaração absteve-se neste ponto da ordem de trabalhos – Constituição do Fundo Social da Freguesia do Parque das Nações.

O eleito pelo PCP

Jorge Alves

## DECLARAÇÃO DE VOTO

O Partido Socialista votou contra o projeto de Regulamento de Fundo de Apoio Social apresentado pela Junta de Freguesia pela seguinte ordem de razões:

- a. O Partido Socialista trouxe ao Plenário um projeto de regulamento que tem por objeto o mesmo do apresentado pelo Executivo;
- b. Porém, o projeto do Partido Socialista apresentava um conjunto de mecanismos de fiscalização de aplicação desse fundo de apoio social diferente e mais efetivo do que o apresentado pela Junta, uma vez que obrigava a que o seu Presidente, em cada ponto referente à gestão autárquica, fizesse um balanço dos apoios e das verbas dispendidas em auxílios sociais através do FAS.
- c. Doutra forma, o PS teme que um Fundo de Apoio Social, que deve em primeira linha dignificar aqueles a quem é prestada ajuda, se transforme num «saco de esmolas» sem controlo e usado como meio de propaganda política da força que suporta a Junta de Freguesia.

Os eleitos do Partido Socialista